

Problemas do Ensino Primário Municipal

Tese Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

NICOLAU BALÁZS BARROS

PROBLEMA de relevante significação, que, se descuido, assumirá proporções alarmantes, é o problema do ensino primário municipal. Como este magno conclave reúne chefes dos executivos da quase totalidade dos municípios brasileiros ou os responsáveis pelas principais atividades da célula-máter da nação que são estes municípios, achamos excelente a ocasião para abordar o problema do ensino primário municipal.

Disse o grande professor Miguel Couto: "No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo." Sendo preocupação de todo administrador a eliminação do analfabetismo da sua comuna dentro da máxima agora enunciada, evidentemente os ilustres congressistas compreenderão a franqueza com a qual pretendemos abordar este magno problema. Não queremos ferir melindres, nem situar a questão neste ou naquele município, mas sim apreciar a situação em geral.

Resulta disso nosso interesse, como professores que somos, em abordarmos esse expressivo tema, procurando, no debate, luzes para clarear a confusão que reina nesse setor educacional, possivelmente em todo o país, dada a falta de orientação que deveria ser feita por técnicos especializados no assunto.

O ensino primário municipal, em caráter supletivo, até agora regendo-se por normas próprias à unidade municipal a que pertence, a despeito das falhas de que está crivado, presta significativa colaboração ao Estado, com sua difusão e incremento, tentando debelar o complexo problema da alfabetização das populações rurais.

Entretanto, a despeito da grandiosidade do ideal dos executores de tão expressivo plano, e da sublimidade da função dos docentes, verdadeiros heróis anônimos que concorrem com o que lhes facultam as suas possibilidades culturais, quase sempre rudimentares para o bem-estar coletivo, é o ensino primário municipal deficiente, porque são os professores das escolas municipais recrutados entre os elementos que concluem o curso primário; e às vezes na falta de tal curso, por elementos apenas alfabetizados, os quais submetidos a provas intelectuais de baixo nível são aproveitados na função dignificante de professor. Embora dêem muitos deles, através de grande esforço, dedicação e amor à causa, o máximo de si próprios para a realização plena de suas atribuições, o desco-

nhecimento total da pedagogia fá-los caminhar através de surpreendentes curvas, para atingir aquilo que, em linha reta, teriam atingido com facilidade surpreendente. Há os mestres inatos, aqueles que são mestres por vocação, que já nasceram professores; e mesmo estes, se orientados metódicamente, produziram muitíssimo mais do que produzem, a despeito do idealismo que os sustenta, da necessidade que têm de ensinar.

Outro problema a encarar é o problema financeiro, pois que o professor primário municipal é quase sempre mal remunerado, decorrendo esse fato, já da pequena cultura que possui, já da escassez das rendas do Município em que trabalha.

Utópico seria pretender a uniformização dos vencimentos do magistério primário municipal dada a diversidade das rendas dos vários Municípios, levando-se, porém, em conta que o professor necessita de vida econômica estável, para poder dedicar-se de corpo e alma à missão de ensinar, não se desviando dela para outras atividades que lhe permitem novos recursos financeiros, a fim de obter equilíbrio entre receita e despesa. E' o fator econômico um dos quais rouba os melhores elementos do magistério, pois que, dada a remuneração mesquinha, que percebem os professores, aqueles elementos buscam trabalho em setor onde melhor aproveitem a sua capacidade e onde percebam melhores ordenados.

O professor assim desviado de sua natural profissão, é substituído por um leigo, que incapaz, a maior parte das vezes, de exercer outra profissão, transforma-se em mestre da noite para o dia, indo desenvolver atividades pedagógicas que desconhece por completo. Seus alunos, por força das circunstâncias, são as cobaias da experimentação pedagógica. Levados, como dissemos anteriormente, a caminhos por linhas curvas, levam o dobro e às vezes o triplo do tempo que levariam perfeitamente guiados, para alcançar um mínimo de conhecimentos intelectuais. E nesse desdobramento desnecessário de tempo, o professor, mal pago, ganha todavia o que ganharia um excelente professor, produzindo mais em uma fração de tempo por aquela despendida. A economia que poderia resultar para os cofres municipais de um menor ordenado pago aos professores é problemática; e o tempo dos alunos, despendido inutilmente, é impressionante, dada a urgência que têm

os mesmos de rapidamente serem alfabetizados, pois nas zonas rurais a necessidade de braços para os trabalhos agrícolas é problema vital.

Em procurando sentir mais de perto, outro problema do ensino primário municipal, constata-se que o da edificação escolar deve merecer acurada atenção dos poderes competentes. Na grande maioria dos casos, as escolas municipais exatamente pelo seu caráter supletivo, localizam-se em zonas essencialmente agrícolas, pois que as sedes dos municípios se acham esplendidamente servidas por estabelecimentos de ensino público estadual. Advém daí a deficiência dos prédios onde funcionam as aulas, que, aliás, quase sempre nem podem ser classificados como escolas; construídos sem prévio estudo, à beira de estradas movimentadíssimas, desobedecendo por completo aos mais rudimentares princípios pedagógicos, visam unicamente à justificação de que ali funciona uma escola municipal. À incapacidade do professor junta-se um novo problema — deficiência da instalação.

Aquilo que poderia despertar o interesse do aluno, desperta, ao contrário, a repulsa, o fastio, o desejo de não aprender, senão em raros casos. Além do mais, o prédio é de duração duvidosa, quase sempre efêmera.

Necessário seria, para que o objetivo educacional fôsse amplamente alcançado, que prédios adequados, previamente planejados, obedecendo aos preceitos pedagógicos, fossem construídos.

Não basta, todavia, isso. Construir um prédio escolar faustoso, dentro das normas técnicas, não é tudo. Necessário se torna que uma fiscalização constante seja exercida sobre ele, que haja abundância de material didático, que a escola seja um centro de interesse constantemente renovado, a fim de que alcance seus verdadeiros objetivos.

As escolas, como os templos, devem ser eternas. Se ali se prega o Evangelho, acolá também se prega, porém um Evangelho mais positivo, aquele que prepara as gerações para o futuro, para as grandes caminhadas das luzes sobre as trevas, da inteligência burilada sobre a inteligência bruta, revigorando assim os alicerces da nacionalidade.

Que haja ao lado do amor, da compreensão e da clarividência do mestre, a claridade sadia da vida, a luz brilhante do sol através de largos espaços, a tranquilidade sonora dos campos pelos seus pássaros, pelas suas árvores, pela sua majestade.

Que os pardieiros transformem-se em templos, onde presida, sob a serenidade do professor, o conforto que a vida não oferece lá fora, ao futuro agricultor, dando-lhe ainda que efêmeramente a visão do belo, do perfeito, do harmônico.

Perguntamos agora. Como remover êsses dois graves problemas que afligem o ensino primário municipal?

Como conseguir professores de real capacidade, para que sejam ministradas aulas de real valor, nessas escolas?

A solução é complexa, todavia não impossível.

Concluimos das observações expostas, em conclusão pessoal, que para eliminar essas faltas mister seria que uma dotação orçamentária efetiva, maior, fôsse reservada para o problema educacional. Se o Município reserva uma grande parte de sua arrecadação para o funcionalismo administrativo, assegurando-lhe assim uma vida condigna, necessário se torna que o mesmo estabeleça uma renda própria para a manutenção de seu pessoal docente, procurando dar-lhe pelo menos equilíbrio com o magistério estadual. Se impossível êsse equilíbrio, firme-se então o princípio de que nunca deverá o professor perceber salário inferior ao do pessoal administrativo do Município.

Voltemos os olhos agora para a verba de conservação. Para que essa conservação não se transforme em utopia, é necessário também verba própria para essa finalidade. Tomamos a liberdade de sugerir que 20% da receita sejam destinados para êsse fim, divididos da maneira seguinte: 15% para edificações e aparelhamentos escolares, e 5% para manutenção.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considerando que a diversidade das condições locais cria problemas diferentes em cada um dos Municípios, e que a falta de orientação técnica pela ausência de pessoal especializado leva a soluções as mais disparatadas, seria de interesse que se oferecesse uma orientação a qual se aproxime o mais possível da uniformidade, se não em todo o território nacional, pelo menos em cada Estado. Nossa sugestão repousa na criação de um organismo central, estadual, que preste a necessária assistência técnica no setor educacional dos Municípios.

Êsse organismo, provido de elementos capacitados, estaria apto a resolver os problemas pedagógicos de urgência, tomando a seu encargo a tarefa nobilitante de elevar o nível cultural dos professores municipais. Para conseguir tal desiderato, os elementos componentes dêsse organismo chamariam a si a responsabilidade da orientação pedagógica a ser implantada, organizando, para tanto, missões culturais com professores primários especializados — as quais deverão organizar cursos de férias nas sedes dos Municípios. Estabelecer um sistema volante de orientação local, visitando escolas, ministrando aulas, acordando na consciência do professor municipal a grandeza de sua missão e o valor do seu trabalho.

Devendo os cursos de aperfeiçoamento ser realizados em cidades de localização central para permitir a participação do maior número possível de professores, é mister que as Prefeituras custeiem a viagem e a estada dos mesmos, durante a realização do curso.

CONCLUSÕES

Baseando-nos no exposto, chegamos às conclusões seguintes :

- 1.º) Há deficiência de professores;
- 2.º) Os que existem, em sua grande maioria, não são perfeitamente capazes de exercer suas funções, com êxito absoluto;
- 3.º) Os professores são mal remunerados em quase sua totalidade;
- 4.º) Há deficiência das instalações escolares;
- 5.º) Não há serviço de conservação escolar.

Apresentamos, ao discorrer dêste trabalho, sugestões nossas. Entretanto, mister seria um debate amplo, para uma solução satisfatória.

Ousamos mais uma vez recomendar e pedir a êste magno conclave a discussão e adoção no setor educacional dos seguintes tópicos:

- 1.º Criação do serviço de assistência técnica educacional, nos moldes apontados, como medida segura para elevação do nível pedagógico do magistério primário municipal.
- 2.º Planejamento das edificações escolares, dentro de plano único para cada Estado.
- 3.º Remuneração condigna ao magistério primário municipal.
- 4.º Dotação orçamentária efetiva por parte de cada Município para a execução dos itens 1, 2 e 3.